

REFLEXÕES POR UMA SOCIEDADE SOBERANA

REFLECTIONS FOR A SOVEREIGN SOCIETY

*Claudio Ricardo Martins dos Reis**

Cite este artigo: REIS, Claudio Ricardo Martins dos. Reflexões por uma sociedade soberana.

Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 65-81, 31 de dezembro. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 31 de dezembro. 2013.

Resumo: Este artigo apresenta duas teses principais. Uma diz respeito à proposta de um conceito integrado de sociedade soberana. A outra se refere à necessidade de conexão entre práticas emancipatórias de maiores e menores dimensões. A primeira decorre da análise da sociedade como um sistema que inclui os subsistemas econômico, político, ambiental e cultural. A segunda pressupõe a compreensão de que estes subsistemas estão estruturados em níveis distintos (locais, regionais e global). A partir dessas duas teses, propõe-se um processo revolucionário sistêmico e estruturado em níveis, para o qual cinco condições são apresentadas como necessárias.

Palavras-chave: abordagem sistêmica; processo revolucionário; emancipação popular

Abstract: This article presents two fundamental theses. One concerns the proposal of an integrated concept of sovereign society. The other relates to the connection required between the emancipatory practices of larger and smaller dimensions. The first results from the analysis of society as a system that includes economic, political, environmental and cultural subsystems. The second involves the understanding that these subsystems are structured at different levels (local, regional and global). From these two theses, is proposed a systemic revolutionary process, structured in levels, for which five conditions are presented as necessary.

Key Words: popular emancipation; revolutionary process; systemic approach

Introdução

Inciemos com uma citação do filósofo britânico Bertrand Russell que, em seu livro *Caminhos para a liberdade*, faz o seguinte comentário:

Homens e mulheres, em sua grande maioria, em tempos normais, passam a vida sem jamais examinar ou criticar, como um todo, suas próprias condições ou as do mundo em geral. Acham-se trazidos a determinado lugar na sociedade e aceitam o que cada dia apresenta, sem qualquer esforço de pensamento além do que é exigido para o momento imediato. Quase tão instintivamente quanto as feras da selva, buscam satisfazer as necessidades do momento, sem

muita previsão, e sem considerar que mediante suficiente esforço todas as condições de suas vidas poderiam ser transformadas. Alguns, guiados pela ambição pessoal, fazem um esforço de pensamento e vontade necessário para situá-los entre os membros mais afortunados da comunidade; mas pouquíssimos dentre estes estão seriamente interessados em garantir para todos as vantagens que procuram para si mesmos. Apenas alguns homens raros e excepcionais têm esse tipo de amor para com a humanidade em geral, que os faz incapazes de suportar pacientemente o grande volume de mal e sofrimento, seja qual for a relação que possa ter com suas próprias vidas. Esses poucos, movidos por sofrimento solidário, irão procurar, primeiro no pensamento e depois na ação, alguma via de escape, algum sistema novo de sociedade pelo qual a vida possa tornar-se mais rica, mais plena de alegria e menos cheia de males evitáveis do que é atualmente. (Russell, 1977, p.16)

Nessa passagem, Russell faz uma análise interessante e pouco comum, a partir de uma perspectiva psicológica, ao mostrar a necessidade que certos indivíduos possuem em propor um sistema novo de sociedade. Dois termos merecem atenção detalhada: *sofrimento solidário* e *males evitáveis*. O trecho dá especial importância à força da solidariedade como sentimento último responsável por essas ações e enfatiza que é possível evitar muitos dos males de origem social. Surpreendentemente, em geral é isso o que os conservadores negam: a existência de um sentimento genuinamente solidário e a evitabilidade de certos males sociais.

O presente artigo é, essencialmente, uma reflexão que possui como força motriz o desejo de emancipação dos povos [1]. Corroborando o trecho de Russell acima, origina-se de uma necessidade em expor um sistema alternativo de sociedade. Primordialmente, nossa análise sustenta que a sociedade precisa ser analisada como um sistema que inclui quatro subsistemas principais: o econômico, o político, o ambiental e o cultural (fig. 1) [2].

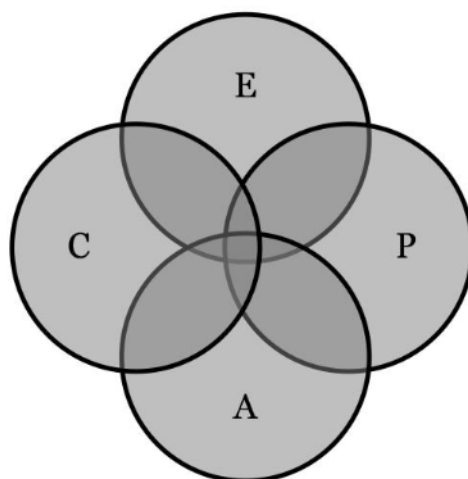


Figura 1. A sociedade como um sistema que inclui quatro subsistemas principais: o econômico (E), o político (P), o ambiental (A) e o cultural (C).

A consideração desses quatro fatores decorre da abordagem sistêmica proposta neste texto (*vide* Bunge, 1980 e 1999), como uma alternativa tanto à abordagem holista quanto à reducionista. Em decorrência disso, tem-se a primeira tese desta reflexão, segundo a qual a emancipação popular apenas poderá ser alcançada se obtivermos mudanças conjuntas nestes

quatro subsistemas. Nossa análise pressupõe que as principais condicionantes que limitam a soberania de uma sociedade são as seguintes: a) a propriedade privada da terra, do capital e dos meios de produção; b) a distribuição injusta dos produtos do trabalho; c) um Estado que impossibilita a participação direta do povo na tomada de decisões; d) a degradação ambiental; e e) uma educação elitista que visa à manutenção do *status quo*. As alternativas a cada uma destas questões serão abordadas no próximo tópico.

A segunda tese defendida nesta reflexão diz respeito à análise da sociedade como um sistema estruturado em níveis: os locais, os regionais e o nível global (Fig. 2). Há interação entre estes níveis por meio dos fatores econômico, político, ambiental e cultural. Da mesma forma, há interação entre estes quatro fatores. Por isso os tratamos como subsistemas de um sistema maior. Há, portanto, interações entre os fatores em diferentes níveis. Em consequência disso, a existência de uma sociedade soberana estaria condicionada à mudança nestes fatores tanto em níveis locais e regionais como em nível global. Para solucionar essa questão, propomos a necessidade de um processo revolucionário sistêmico. Este precisa apresentar como estratégia uma mudança conjunta dos fatores mencionados nos diferentes níveis em que a sociedade está estruturada. Para isso, é fundamental a criação de conexões entre práticas emancipatórias de pequenas, médias e grandes dimensões.

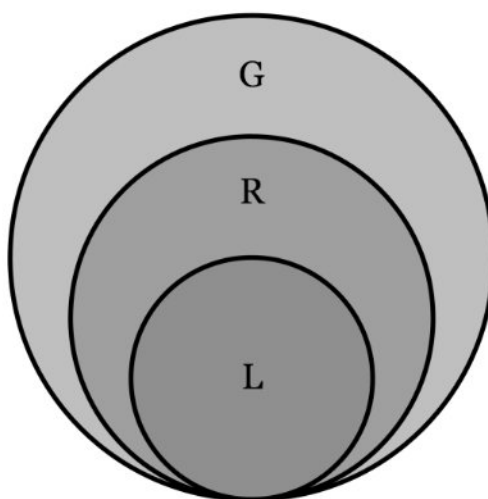


Figura 2. Os subsistemas da sociedade, como, por exemplo, o econômico, estruturados em diferentes níveis: os locais (L), os regionais (R) e o nível global (G).

Como se verá ao longo do texto, a possibilidade de alcançar uma sociedade autenticamente soberana, nos termos em que a expomos, não é de forma alguma limitada pela “natureza humana”. Além disso, as condições objetivas estão dadas. Isto é, os males sociais, tais como a desigualdade, a falta de autonomia, a degradação ambiental e a alienação cultural, são fatos bem estabelecidos. A questão crucial estaria, então, na criação de condições subjetivas para a tomada de consciência da sociedade, em especial dos oprimidos, entendendo que esta realidade social injusta não é uma fatalidade, mas, em vez disso, é uma realidade que *deve* – em seu sentido moral, mas porque se constitui nas condições materiais de existência – ser mudada.

1. Sobre as condições necessárias à emancipação popular

Nossa análise propõe que o “sistema novo pelo qual a vida possa tornar-se mais rica, mais plena de alegria e menos cheia de males evitáveis”, como escreveu Russell (1977, p.16), deveria ter como base as seguintes condições:

(i) A propriedade comunal da terra, do capital e dos meios de produção;

Esta é a tese principal do socialismo e é o que o caracteriza propriamente, embora também seja proposta por anarquistas sociais. Provém de uma análise extensa da origem e do funcionamento da propriedade privada (Proudhon, 1988 [1840]; Marx, 1984 [1867]), compreendendo-a como a principal responsável pelo surgimento da sociedade de classes. Passa-se a reconhecer, a partir daí, uma classe opressora (a qual detém os meios de produção) e uma classe oprimida (que é obrigada a vender sua força de trabalho). Devido a essa constatação e entendendo-a como uma injustiça ou como um roubo à propriedade dos comuns, propõe-se o fim da propriedade privada e a apropriação coletiva dos meios de produção. Isto é, a “expropriação dos expropriadores”.

(ii) A distribuição comum dos produtos do trabalho;

Esta é uma tese socialista, embora não seja comum a todas suas correntes. É também proposta por anarquistas sociais. Decorre da análise de que não é suficiente que os meios de produção sejam propriedade de todos, mas que os produtos do trabalho também devem ser postos em comum. Nas palavras de Piotr Kropotkin, um dos grandes pensadores do anarco-comunismo: “Uma nova forma de posse requer uma nova forma de retribuição. Uma nova forma de produção não poderia manter a antiga forma de consumo” – e, na sua concepção, – “A posse comum dos instrumentos de trabalho trará necessariamente o gozo em comum dos frutos do labor comum” (Kropotkin, 1953 [1892], p.14). Talvez a máxima que melhor caracterize essa concepção é a seguinte: “De cada um, segundo suas habilidades; a cada um, segundo suas necessidades”. Para isso, é proposto o fim do sistema de salários e a livre associação dos trabalhadores.

(iii) A democracia direta. Tanto quanto possível, baseada no consenso **[3]**;

Esta é a tese principal dos anarquistas e reflete suas concepções libertárias. Provém de uma análise crítica do Estado, entendendo-o como uma instituição hierárquica com fins coercitivos, de forma a limitar liberdades individuais. Isso o faria inerentemente opressor e, portanto, ilegítimo. Mikhail Bakunin, um dos maiores expoentes do anarquismo, afirma que: “A emancipação do proletariado é impossível em qualquer Estado que seja” (Bakunin, 2003 [1873], p.71). Essa concepção é resultado de uma crítica mais ampla. De acordo com Noam Chomsky: “O anarquismo só tem sentido ao buscar e identificar estruturas de autoridade, hierarquia e dominação em todos os aspectos da vida, e questioná-las; e a não ser que se justifiquem, estas estruturas são ilegítimas e devem ser desmanteladas, visando a extensão da liberdade humana” (Chomsky, 2011, p.55). Uma solução para se adquirir essa liberdade, que é profundamente necessária na concepção dos anarquistas, estaria na descentralização da tomada de decisões. Para isso, é proposto um federalismo libertário, geralmente baseado no método do consenso, pela qualidade de ser mais construtivo e não excludente.

(iv) A sustentabilidade ambiental;

Esta é a tese central dos ambientalistas. Decorre de uma análise da dependência da sociedade com relação ao meio, considerando que se o degradamos estamos degradando-a também (Lutzenberger, 2009). Essa concepção enfatiza a finitude dos recursos naturais, entendendo que se não garantirmos sua conservação acabaremos por comprometer as gerações futuras. Em consequência disso, é proposto, por exemplo, um consumo consciente, uma reciclagem de produtos e uma avaliação séria de possíveis impactos ambientais, visando a garantia da qualidade ambiental e, em última análise, da qualidade de vida. Isso a torna profundamente crítica em relação à sociedade de consumo e à chamada “tecnologia como solução” (*techno-fix*). Quando coerente, sugere a conservação da biodiversidade independente de seu uso direto, visto ser justamente a variedade de organismos a garantia de serviços ecossistêmicos.

(v) Uma educação humanista e libertadora;

Esta é a tese principal dos educadores que visam à transformação da sociedade, em especial dos que praticam a educação popular. Decorre da análise de que o processo educativo é fundamental para uma tomada de consciência dos oprimidos (Freire, 1970). Por isso, apenas ela seria capaz de promover as mudanças necessárias. Em visões mais radicais, é posta em xeque a própria institucionalização do ensino (Illich, 1985). Essa proposta educativa deve basear-se na *razão* (o que a torna crítica e antidogmática) e na *solidariedade*, dois componentes do humanismo. Parte da premissa de que a educação é fundamental para a transformação social.

A consideração conjunta dessas cinco condições indica a abordagem sistêmica da proposta. Esta reflexão combina as principais ideias preconizadas por socialistas, anarquistas, ambientalistas e educadores libertários. Os primeiros tendem a ressaltar os fatores econômicos (i) e (ii); os segundos, os fatores políticos (iii); os terceiros, os ambientais (iv); e os quartos, os culturais (v). Entendemos, no entanto, que uma emancipação popular autêntica não pode ser assentada sob algumas dessas concepções, a não ser por todas. Nisso constitui-se o conceito integrado de sociedade soberana, que emerge da síntese desses pontos de vista (fig. 3).

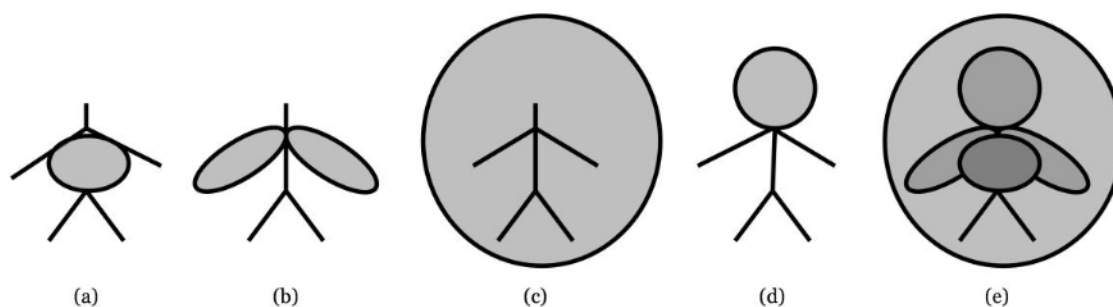


Figura 3. A emancipação da sociedade tal como preconizada pelos socialistas (a), pelos anarquistas (b), pelos ambientalistas (c), pelos culturalistas (d) e pela síntese desses pontos de vista (e). (Modificado de Bunge, 1980)

Certamente, pode-se objetar que a imagem acima faz uma simplificação exagerada dessas quatro concepções. Porque, por exemplo, muitos socialistas defendem o meio ambiente e

muitos anarquistas compartilham princípios socialistas. Isso é correto. Mas teríamos mais do que um socialista, no primeiro caso, e mais do que um anarquista, no segundo. Teríamos um ecossocialista e um anarco-comunista, respectivamente.

O que propomos é que seja considerada a dependência mútua entre os subsistemas da sociedade. As condições econômicas não existem sob um vácuo político, ambiental ou cultural. A produção e a distribuição comum dos produtos do trabalho só podem ser garantidas *a.* mediante algum tipo de mudança política (como a instauração de um processo revolucionário), *b.* sob determinadas condições ambientais (como um solo fértil) e *c.* com certo entendimento do processo (como um conhecimento empírico mínimo). Da mesma maneira, de nada serve a democracia direta, como uma condição política, se não existirem os meios econômicos, ambientais e culturais onde ela possa se expressar. Tampouco levaria à emancipação popular um sistema baseado na democracia direta junto ao modo de produção capitalista. Além disso, a sustentabilidade ambiental não pode existir mediante sobreexploração econômica dos recursos naturais, e uma cultura humanista e libertadora é impossível num sistema com censura política. Por isso a necessidade de um conceito integrado de sociedade soberana, que passe pela criação conjunta das condições simbolizadas por *(i)*, *(ii)*, *(iii)*, *(iv)* e *(v)*.

Com efeito, *(i)* e *(ii)* se referem a um sistema econômico inconciliável com o modo de produção capitalista; *(iii)* refere-se a um sistema político incompatível com o socialismo de Estado; *(iv)* se mostra como contrário a toda prática que ponha em risco o meio ambiente e *(v)* mostra-se como incongruente a qualquer cultura que preze pelo irracionalismo e pelo dogmatismo. Aqueles que propõem um sistema baseado em *(i)*, *(ii)* e *(iii)* são caracterizados, geralmente, como *anarco-comunistas* ou *socialistas libertários*. Esta reflexão vai um pouco além e inclui *(iv)* e *(v)* em pé de igualdade com os demais itens, considerando-os, todos, como imprescindíveis para o processo de mudanças [4].

2. “Natureza humana” e possibilidades de mudança

Neste tópico, pretende-se enfatizar que a mudança em direção à emancipação dos povos, tal como entendida nesta reflexão, não sofre limitação alguma por parte da “natureza humana” [5]. Isto é, não está em nossa espécie ou em nossos genes a restrição a uma sociedade soberana.

Essa concepção é claramente distinta daquela que Thomas Hobbes, por exemplo, concebia em meados do século XVII e que fundamentava sua argumentação em favor da existência de um Estado ditatorial e opressor (*vide* Hobbes, 1974 [1651]). Muitos defensores contemporâneos do *status quo*, incluindo intelectuais conservadores das mais variadas áreas, por vezes deixam transparecer uma concepção similar. A visão da “natureza humana” como essencialmente má, competitiva ou egoísta traz a impossibilidade de mudanças no sentido em que desejamos, visto que a responsabilidade pela desigualdade social cairia sobre a própria natureza, fazendo do *status quo* nada além de sua extensão. Desse modo, qualquer tentativa em direção à soberania popular seria irrealizável por tratar-se de um tipo antinatural de organização.

No entanto, esta concepção não só carece de fundamento científico, como tem sido, cada vez mais, refutada pela ciência atual (e.g., De Waal, 2009), além de ser condicionada politicamente (Gould, 1981; Lewontin, 1991). Mas se o problema não está na “natureza humana”, o que estaria restringindo uma autêntica emancipação popular? Como já visto, propomos como tentativa de resposta cinco condições, quais sejam: a propriedade privada da terra, do capital e dos meios de produção; a distribuição injusta dos produtos do trabalho; um Estado que impossibilita a participação direta do povo na tomada de decisões; a degradação ambiental; e uma educação elitista que visa à manutenção do *status quo*. Seria um grande equívoco responsabilizar a “natureza humana” pela existência dessas condições.

Essa realidade social injusta, portanto, não é uma fatalidade. É, de fato, uma realidade *social* e depende unicamente de mobilizações da sociedade para que seja alterada. Se a “natureza humana” não é essencialmente má, mas, em vez disso, possui uma miríade de características que possibilitam comportamentos variando desde o egoísmo ao altruísmo extremos; e, se desejamos eliminar ou dirimir os males criados pela sociedade; é nosso dever construir um sistema que estimule ações altruístas, baseadas em nossa capacidade de empatia e solidariedade. O que possuímos, no entanto, é um sistema de princípios ou valores invertidos: é o individualismo pernicioso que nos é fomentado (a competição em detrimento da colaboração; a exploração em detrimento da harmonia). Nessa perspectiva, os ideais de uma autêntica emancipação popular podem começar a se concretizar, portanto, se pusermos em prática uma alteração profunda e conjunta nas condições econômicas, políticas, ambientais e culturais.

Examinemos brevemente alguns dos problemas principais de nosso sistema econômico atual. Mesmo com uma análise simples do mecanismo de funcionamento do capitalismo, nota-se que este sistema age como uma mola propulsora da desigualdade. Isso porque ele é movido pelo acúmulo e concentração de capital através da exploração da força de trabalho, ao que a análise marxiana denomina “lei geral da acumulação capitalista” (Marx, 1984 [1867]). Este mecanismo de tensão entre capital e trabalho não deixa de existir nas diferentes formas em que o sistema capitalista se apresenta. Katz (2006) oferece dois exemplos atuais: um é o *social-liberalismo* (não confunda com socialismo libertário), que apresenta uma renovação do neoliberalismo junto à adoção de uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da “questão social”; o outro é o *novo-desenvolvimentismo*, uma posição centrista moderada focada no crescimento econômico aliado a uma melhora nos padrões distributivos. Poderíamos oferecer como mais um exemplo o popularmente denominado *capitalismo verde*, o qual é constantemente propalado como solução pelos Estados que incentivam a chamada “economia verde” (veja, por exemplo, o texto final da Conferência Rio+20, de 2012 [6]). Em todos esses casos o sistema é essencialmente o mesmo: injusto e gerador de desigualdade. Porque se baseia na lógica do capital, será sempre um fator importante na degradação tanto do meio ambiente como das relações de trabalho. Sem mencionar o plano ideológico-cultural, no qual é responsável por fomentar, por exemplo, a existência de uma sociedade de consumo, através da obsolescência programada e da obsolescência perceptiva.

3. A proposta de uma revolução sistêmica

“Revoluções entoadas por justiça, por igualdade e pela tomada do povo nas decisões políticas não passam de uma utopia intangível!” É o que dizem, enfaticamente, muitos a esquerda no espectro político-econômico, além da miríade de intelectuais conservadores. No entanto, é preciso destacar que a mudança necessária em direção à emancipação dos povos tornar-se-ia imensamente mais utópica sem a instauração de um processo revolucionário. Seria um tanto ingênuo acreditarmos que as classes dominantes do capitalismo estariam dispostas a admitir pacificamente a perda de seus privilégios e a adoção de um sistema verdadeiramente democrático, justo e igualitário (Boron, 2006). Se fosse comum as classes dominantes cederem, não haveria a histórica luta de classes.

Para alcançarmos a soberania popular, portanto, é mais razoável que optemos pela criação de um processo revolucionário. Joyeux (2009), por exemplo, descreveu as etapas de uma greve gestonária até a gestão coletiva do local pelos próprios trabalhadores. Teríamos, numa sequência temporal: greve reivindicativa -> greve de recusa -> greve expropriadora -> greve gestonária [7]. As duas últimas etapas raras vezes aconteceram na história, sendo pouquíssimas as greves gestonárias de grandes dimensões. Podemos encontrar exemplos na revolução espanhola de 1936 (*vide* Richards, 1983; Broué, 1992; Orwell, 2007) e no grande movimento de maio de 1968 na Europa (*vide* Quattrocchi e Nairn, 1998; Le Libertaire, 2002). Apesar de pouco comuns, essas experiências são fascinantes e altamente frutíferas para os dias de hoje, principalmente por mostrar que o controle democrático de base, a partir dos próprios trabalhadores, é possível na prática. Isto é o que se chama *autogestão* ou *comunismo de conselhos*, que parte da premissa de que “a democracia é seriamente limitada quando o sistema industrial é controlado por alguma forma de elite autocrática, seja ela de proprietários, gestores e tecnocratas, um partido de ‘vanguarda’ ou uma burocracia de Estado” (Chomsky, 2011, p.29). Certamente, isso não vale apenas para o sistema industrial, mas a todos os outros, tais como o sistema agrícola. Neste caso, é a agroecologia que apresenta uma proposta autogestonária [8].

Além das experiências de maiores dimensões, como as greves gestonárias e as insurreições armadas, é necessário enfatizar a importância das pequenas práticas emancipatórias. Em relação às últimas, tendo em vista uma escala local, teríamos alguns exemplos para cada subsistema da sociedade:

a) para maior autonomia política, ter-se-ia a geração de meios para a descentralização da tomada de decisões (e.g., criação de conselhos e assembleias em bairros);

b) para maior autonomia econômica, a criação de redes de cooperativas autogestionadas, com a utilização de produtos que possuem uma cadeia produtiva autóctone geradora de desenvolvimento endógeno (e.g., cooperativas com uso de produtos locais);

c) para maior autonomia ambiental, a diminuição da dependência de bens e tecnologias que trazem problemas graves ao meio ambiente (e.g., da sacola plástica ao carro em ambiente urbano; dos agrotóxicos aos transgênicos no meio rural) e a utilização de sistemas de compostagem (reciclagem do “lixo” orgânico);

e) para maior autonomia cultural, a criação de uma educação e consciência críticas com a finalidade de uma melhor compreensão dos problemas atuais e de uma resistência frente à colonização cultural (e.g., educação libertária e valorização da cultura local).

Talvez a melhor representação atual da união entre essas pequenas práticas revolucionárias e as de maiores dimensões esteja nas comunidades autônomas zapatistas de Chiapas, no México. O Movimento Zapatista, mesmo que implicitamente, propõe uma maior autonomia em todos esses quatro domínios. Sua proposta em âmbitos político e econômico é clara e compatível com o que consideramos em (i), (ii) e (iii). Em âmbito cultural, também está bastante próxima ao que consideramos em (v), dada a existência dos chamados *caracóis zapatistas*, centros autogestionados que atuam como ferramentas culturais na formação dos indivíduos. É no domínio ambiental que suas propostas estão mais implícitas, mas é também onde estão mais presentes, visto tratar-se majoritariamente de povos originários (indígenas) do México, os quais reconhecem sua forte dependência em relação ao ambiente. Eles possuem uma concepção una de sociedade-natureza, o que é altamente compatível com a sustentabilidade ambiental (iv).

As propostas e a resistência dos povos zapatistas constituem-se num ótimo exemplo para esse texto. Primeiro, porque consideram a necessidade de uma mudança profunda nos diferentes domínios (subsistemas) da sociedade de forma um tanto similar ao que propomos. Segundo, pelo seu esforço em garantir uma organização [9], através de uma estratégia de formação e reivindicação sem prescindir da horizontalidade, para o que denominam “mandar obedecendo” (Gennari, 2002). Diversos movimentos autônomos, como o zapatista, possuem um papel fundamental por conciliarem a geração de uma autonomia local no presente juntamente a uma proposta emancipatória de grandes dimensões. Para que essa proposta seja viável, no entanto, é necessária uma conexão entre os movimentos. É justamente isso o que propomos, com o objetivo de garantir as ligações entre as pequenas práticas revolucionárias e as de maiores dimensões, tanto no meio rural como no meio urbano. Essa concepção de processo revolucionário estruturado em níveis é basicamente distinta das concepções majoritárias atualmente, tanto dos anarquistas como dos socialistas.

Há certos autores que concedem importância exclusiva às pequenas práticas que acabam por se tornar um estilo de vida (e.g., Bey, 2011) ou unicamente para uma grande revolução que altere as condições da sociedade (e.g., Marx, 1998 [1848]; Bakunin, 2003 [1873]). Essas duas posições contrastantes são, a partir dessa análise, extremamente problemáticas. Uma se limita a construir uma liberdade própria, acabando por virar-se a si mesma. A outra se restringe a trabalhar por uma grande revolução e, por isso, não muda seus hábitos diários, isto é, não realiza ações concretas no presente que gere maior autonomia em âmbito local. Uma estratégia realmente interessante estaria num meio-termo entre essas duas concepções. O grande desafio, de acordo com esta proposta, está na união das pequenas práticas revolucionárias, que se constituem em determinadas ações cotidianas, a uma forte reivindicação social para além do âmbito local e, portanto, pela construção de revoluções de maior envergadura.

A concepção de “anarquismo como estilo de vida”, amplamente criticada por Murray Bookchin (1995), assim como a visão de “uma grande revolução ou nada” não parece fértil a uma autêntica emancipação popular. É o vínculo entre estas concepções que se pretende buscar. Isso decorre do entendimento, já mencionado, de que as condições econômicas, políticas, ambientais e culturais interagem em diferentes níveis. Desse modo, se é nosso objetivo alterá-las devemos garantir que tais alterações sejam conectadas em níveis distintos. A isso denominamos processo revolucionário estruturado em níveis. Quando, além da concepção de necessidade em integrar os níveis, considera-se a interação das condições propriamente (influência das condições econômicas nas políticas; das culturais nas ambientais; e todas as outras combinações), acaba por se entender como fundamental uma mudança conjunta nas condições mencionadas. Isto é, faz-se necessário o que denominamos *processo revolucionário sistêmico*.

Se a opção por uma via revolucionária estiver soando como algo excessivamente subversivo, proponho que o leitor reveja seus conceitos. E não esqueça que subverter a ordem é uma premissa necessária ao ideal que estamos propondo, isto é, à autêntica soberania popular. É preciso, por exemplo, que as decisões de interesse social sejam tomadas pela própria sociedade. Enquanto as decisões forem tomadas por indivíduos com poder deliberativo superior e irrevogável (nem que seja por um tempo determinado), não é possível falar em povo soberano ou emancipado. Independente se estas decisões forem ou não acatadas pela sociedade, visto que não estariam sendo tomadas por ela propriamente. Porém, a opção política pela democracia direta não pode estar alheia de sua contrapartida econômica. Para que a diminuição do poder regulador do Estado seja de todo interessante, é necessária uma reestruturação no plano econômico. Capitalismo com Estado mínimo é neoliberalismo [10], o que é claramente contrário à soberania popular, como demonstram os fatos recentes (e.g., Kliksberg, 2001). Assim, a democracia direta deveria inevitavelmente estar fundamentada na propriedade comunal da terra, do capital e dos meios de produção. Uma sociedade soberana terá a economia nas mãos de associações livres e voluntárias de produtores, não de tiranias privadas nem de uma burocracia estatal. Para o fim da *dominação* e da *exploração* de um indivíduo sobre o outro é necessário, portanto, a autogestão tanto em âmbito político como em âmbito econômico.

Como já mencionado, é preciso, além disso, um esforço para a distribuição comum dos produtos do trabalho, para a garantia da sustentabilidade ambiental e para a criação de uma cultura humanista e libertadora. Por isso o conceito de emancipação popular deve ser entendido de maneira integrada. De modo que é imprescindível uma análise dos quatro subsistemas principais da sociedade (econômico, político, ambiental e cultural) tendo em vista que apenas uma proposta que os considere conjuntamente pode ser capaz de trazer a mudança no sentido da libertação dos povos. Porque uma análise consistente da sociedade é sistêmica, o processo revolucionário também precisa ser.

4. Crítica ao materialismo histórico, mídias e uma sugestão às mobilizações

Um dos pilares em que Marx baseia sua teoria é o chamado *materialismo histórico*, para o qual todos os fenômenos da sociedade humana têm origem em condições materiais, e estas são consideradas como encarnadas nos sistemas econômicos. Partindo desse pressuposto, a classe dominante, porque controla as condições materiais de existência, acaba por controlar o modo de vida dos dominados, incluindo suas ideologias. Nas palavras de Marx e Engels: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual” (Marx e Engels, 2007 [1845], p.17). Apesar de extremamente fértil por basear-se no materialismo em contraposição ao idealismo em voga na época, eu entendo que a filosofia marxiana da história expõe o que é conhecido como *determinismo econômico*. *Determinismo*, porque propõe leis inexoráveis de desenvolvimento da sociedade (Russell, 1977; Popper, 1980) [11]; *econômico*, porque sobrevaloriza os fatores econômicos para a explicação de processos sociais, culturais e políticos (Bunge, 1999).

A reflexão proposta neste artigo, mesmo que materialista e em concordância com muitas categorias de análise de Marx, nega essas duas concepções. Os fatores políticos, ambientais e culturais não são aqui concebidos como resultado de fatores econômicos, mas como diferentes subsistemas que possuem relações causais mútuas, representadas pelas áreas de intersecção no diagrama de Venn (fig. 1); além disso, não estamos profetizando uma lei inexorável, mas apenas destacando a necessidade (dados os problemas atuais) e a possibilidade real (dada a concepção falsa de uma limitação por parte da “natureza humana”) de mudanças no sentido de uma sociedade verdadeiramente soberana. Se entendermos, portanto, que do materialismo histórico segue necessariamente um determinismo econômico – o que, porém, é tema ainda controverso no campo do marxismo – então essa concepção filosófica acaba por divergir daquela proposta neste texto.

A respeito da grande mídia, que sustenta e fortalece o *status quo*, está bastante claro que ela continua manipulando a concepção das massas de acordo com o que lhe convém, isto é, atuando na fabricação de consenso (Chomsky, 2003). Não podemos negar, portanto, a relação nefasta entre mídia e poder. Mas também parece claro que as mídias alternativas, como as veiculadas na *internet*, estão de certa forma atuando como um contraponto. Por exemplo, por fomentar a discussão e a organização de mobilizações populares. Porém, é míope a visão que fantasia a *internet* como a principal arma para uma mudança profunda nas condições da sociedade. Sob o ponto de vista econômico, porque aqueles indivíduos oprimidos pelo sistema que mal possuem as condições mínimas necessárias para sua sobrevivência sequer têm acesso a essa tecnologia; sob o prisma do educador popular, a solução estaria na troca de experiências e no empenho para acabar com a alienação cultural daqueles que mais necessitam. Parece uma boa explicação e solução, respectivamente. No entanto, é preciso reconhecer que a proposta educativa, assim como aquela focada na economia, isoladamente não consegue dar conta da complexidade do processo. Enquanto o marxismo fundamenta sua argumentação nas condições econômicas, percebendo nelas a chave para a mudança, a maioria dos educadores enxerga tal

chave nas condições culturais, especificamente na educação. Essas duas visões são setoriais, porque desconsideram as condições políticas e ambientais. A mudança é dificultada enormemente sob um contexto ditatorial em que as liberdades individuais são limitadas ao máximo e num meio ambiente degradado onde já não se consegue produzir. Essas condições precisam ser levadas em conta na análise da situação. Por isso propomos que apenas considerando a interação entre os subsistemas da sociedade obteremos a mudança necessária.

É importante tecer alguns comentários a respeito das mobilizações sociais. Embora a *internet* contribua de alguma forma, vimos que não é por meio dela, necessariamente, que as mudanças cruciais ocorrerão. A criação, participação e interligação de movimentos autônomos que discutam temas amplos e de vital importância para os rumos da sociedade continuam com seu enorme potencial. A *internet* pode ser importante como um meio facilitador na divulgação de manifestações, mas é imprescindível que haja uma organização séria dos movimentos, e isto precisa ocorrer em ambiente real mais do que virtual. As pautas principais e as estratégias estabelecidas precisam ser decididas em assembleias populares. É fundamental que as mobilizações, mesmo que de grandes dimensões, não se dissolvam a todo instante, apresentando-se apenas de forma explosiva e mal estruturadas. Por isso a importância da conexão entre os movimentos autônomos. Para que isso aconteça, porém, é necessário não compreender mal o conceito de autonomia. Há uma necessidade urgente de maior politização desses movimentos a partir de estruturas permanentes, simplesmente porque as principais demandas da classe oprimida são constantes e nunca foram supridas. Isso não significa perder a horizontalidade, tampouco se instituir em partidos políticos; mas também não significa a hostilização de partidos ou o anti-partidarismo autoritário. É premente uma conexão entre os movimentos autônomos de esquerda para a criação de uma proposta concreta de emancipação popular.

5. Considerações finais

A reflexão proposta neste artigo não pretende, de forma alguma, constituir-se num manual em que a sociedade deva se basear, tampouco numa teorização acabada sem espaço para debate. A essa análise foi dado o nome de *reflexão* justamente para mantê-la aberta a críticas e a sugestões. Não foi oferecido nos mínimos detalhes um procedimento para levar à emancipação popular, nem foi esse o objetivo. Na verdade, é preciso ser cético quanto a qualquer proposta de um método detalhado fornecido *a priori*, porque ainda não compreendemos profundamente sistemas complexos, tais como a sociedade. Esse problema deve ser solucionado com o esforço da experiência, mais do que em âmbito teórico.

É proposta, nesta reflexão, como característica fundamental, a ampliação da visão setorial que trazemos de nossas formações, visando uma melhor compreensão da sociedade, a partir de uma abordagem integrada. Essa concepção nos permitirá uma avaliação crítica com relação aos aspectos abordados para um processo de mudanças, porque facilmente perceberemos que as propostas de alterações da sociedade não perfazem a diversidade de subsistemas que reconhecemos. Isso é verdade para a maioria dos movimentos sociais.

Tampouco suas reivindicações incluem as cinco condições apresentadas, de (i) a (v). No entanto, a abordagem proposta permite que analisemos essas condições e atuemos na sua reivindicação de maneira conjunta. Mas, para isso, temos de compreendê-las: reside aí a importância da interdisciplinaridade. Além disso, tentamos enfatizar que o processo de emancipação da sociedade precisa basear-se na autonomia e na liberdade não apenas como fim, mas também como meio. É fundamental que elas sejam garantidas ao longo do processo. Como disse Chomsky (2011, p.23): “A liberdade é o pré-requisito para se alcançar a maturidade para a liberdade, não um presente a ser dado quando certa maturidade for alcançada”. Por isso propomos a criação de autonomias locais no presente objetivando um futuro de máxima liberdade, igualdade e solidariedade. Precisamos, portanto, criar não só as ideias, mas também os fatos de nosso próprio futuro.

Essa reflexão passou explicitamente pela questão da possibilidade de mudanças emancipatórias dos povos como um todo. Foi afirmado que essa possibilidade é real e depende não só de nós mesmos enquanto sociedade. Mais do que isso, foi abordada a necessidade de interação das práticas cotidianas de emancipação local com reivindicações em níveis mais amplos, isto é, com práticas revolucionárias de média e grande envergadura. Em nossa perspectiva, a luta por uma sociedade soberana é a luta pela criação das cinco condições simbolizadas por (i), (ii), (iii), (iv) e (v) e que se referem, respectivamente: à apropriação coletiva da terra, do capital e dos meios de produção; à distribuição comum dos produtos do trabalho; à descentralização na tomada de decisões; à sustentabilidade ambiental; e a uma educação humanista e libertadora. Essas condições perfazem dimensões econômicas, políticas, ambientais e culturais. Nossa proposta está no empenho em se alcançar essas condições de maneira conjunta, ao que denominamos *processo revolucionário sistêmico* em direção à emancipação popular.

Povos originários e tradicionais, camponeses, operários e estudantes – com suas distinções étnicas, de costumes, de lidas, de fazeres e de pensares – precisam estar unidos e mobilizados a construir uma verdadeira emancipação popular, uma sociedade autenticamente soberana.

Parafraseando Errico Malatesta: “Queremos pão, liberdade, amor e ciência para todos” [12]. Incluindo parte da dimensão ambiental, eu acrescentaria: “por muitas e muitas gerações”.



NOTAS

* Estudante de graduação em Ciências Biológicas e pesquisador em iniciação científica no laboratório de Genética Ecológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Avenida Bento Gonçalves, 9500, Porto Alegre, RS, Brasil. Correio-e: claudiormreis@gmail.com. Gostaria de agradecer aos revisores anônimos e a dois colegas do curso de Ciências Biológicas da UFRGS, Paulo Vinicius Barradas e Ronaldo Antonio Paesi, pelas críticas e sugestões dadas ao texto, que contribuíram enormemente para uma melhor qualidade do mesmo.

[1] Os termos “emancipação dos povos” e “soberania popular” são utilizados, nessa reflexão, no sentido último da *liberdade* dos distintos povos, entendendo tal liberdade como um bem que requer certas condições para que possa se expressar. Como se verá no texto, propõe-se a necessidade de que as seguintes condições estejam presentes: a apropriação coletiva da terra, do capital e dos meios de produção; a distribuição comum dos produtos do trabalho; a descentralização da tomada de decisões; a garantia da sustentabilidade ambiental; e uma cultura humanista e libertadora. Essa liberdade é compreendida tanto sob uma perspectiva “negativa” como “positiva”. No primeiro caso, pela ausência de submissão a uma autoridade opressora, isto é, pela negação de hierarquias coercitivas; no segundo, pela autonomia de uma comunidade em tomar suas próprias decisões baseada nas informações disponíveis, isto é, para se autogerir.

[2] Neste artigo, não se tem por objetivo analisar a sociedade de maneira quantitativa. No entanto, a abordagem proposta traz consequências para esse tipo de análise. Uma medida satisfatória do chamado “grau de desenvolvimento” de uma sociedade não poderá ter como base um indicador representado unicamente por variáveis econômicas, políticas, ambientais ou culturais. É preciso que sua representação se dê por meio de um vetor, através da consideração conjunta desses quatro grupos de variáveis. De qualquer forma, para uma mudança profunda na sociedade, são necessárias alterações qualitativas. É nesse tipo de variável que este artigo irá se ater. Partindo de uma análise conceitual, a ambição é atacar as raízes, isto é, as principais causas, dos problemas sociais. Não se falará em “desenvolvimento” – um conceito extremamente obscuro e mal definido – mas em emancipação ou soberania popular, tais como apresentadas na nota [1].

[3] Segundo Norberto Bobbio, “Sob o nome genérico de democracia direta entendem-se todas as formas de participação no poder que não se resolvem numa ou noutra forma de representação (nem a representação dos interesses gerais ou política, nem a representação dos interesses particulares ou orgânica): a) o governo do povo através de delegados investidos de mandato imperativo e portanto revogável; b) o governo da assembleia, isto é, não só sem representantes irrevogáveis ou fiduciários, mas também sem delegados; c) o *referendum*” (Bobbio, 1987, p.54). O que esta reflexão propõe, no entanto, é a existência plena da democracia direta (baseada, tanto quanto possível, no método do consenso) em detrimento da democracia representativa. Constituinte-se, portanto, de uma alternativa ao poder centralizador do Estado.

[4] Essa concepção integrada das mudanças necessárias à emancipação popular não deve ser vista como um fator que acaba por dificultar o processo. Ou melhor, não pode ser tomada no sentido de hostilizar qualquer organização que desconsidere algumas das cinco condições mencionadas. Isso tornaria no mínimo estéril tal concepção. O que se pretende é justamente o oposto: uma crítica construtiva. Isto é, o estabelecimento de diálogo entre movimentos autônomos com o objetivo de somar suas reivindicações para a criação de uma nova proposta, mais ampla, que inclua essas cinco condições. Se a sociedade é composta por quatro subsistemas principais, é necessário não perder de vista nenhum deles; e se a criação de uma sociedade verdadeiramente soberana pressupõe as condições (i), (ii), (iii), (iv) e (v), é necessário um esforço em reivindicá-las conjuntamente.

[5] Mikhail Bakunin (*apud* Chomsky, 2011, p.22) traz uma concepção interessante da “natureza humana” ou “natureza individual”, como ele chama, quando diz ser um amante da “liberdade que consiste no completo desenvolvimento de todas as faculdades morais, intelectuais e materiais que estão latentes em cada pessoa; liberdade que não conhece outras restrições além daquelas determinadas pelas leis de nossa própria natureza individual, que não podem ser consideradas propriamente como restrições, visto que essas leis não são impostas por algum legislador que está de fora, próximo ou acima de nós, mas são intrínsecas e inerentes, formando a base real de nossa existência moral, intelectual e material – elas não nos limitam, mas são as condições imediatas e reais de nossa liberdade”.

[6] A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em 2012 no Rio de Janeiro, conhecida popularmente como Rio+20, gerou um documento final intitulado *The future we want*. Este texto foi avaliado como altamente superficial por diversos grupos socioambientais, principalmente por basear-se na chamada “economia verde”, que é incapaz de trazer mudanças necessárias a uma sustentabilidade real. Para baixá-lo, acesse: http://www.uncsd2012.org/content/documents/774futurewewant_english.pdf

[7] Um esboço da “ontogenia” de uma greve gestonária: ela nasce como *greve reivindicativa*. Normalmente é apenas nessa etapa embrionária que se situam a maioria das

greves; posteriormente, passa por um estágio chamado *greve de recusa*. Algumas vezes os grevistas não aceitam a proposta do governo (em ambiente estatal) ou dos patrões (em ambiente privado). Normalmente, no fim das contas, um lado ou outro acaba cedendo. Não é raro os trabalhadores serem demitidos ou terem seus salários descontados ao exercerem seu direito de greve; a próxima etapa é a *greve expropriadora*, em que os antigos dirigentes são destituídos dos seus cargos; e finalmente é alcançada a chamada *greve gestonária*, em que os funcionários da instituição passam a coordená-la de modo coletivo. Dessa forma, o local deixaria, inclusive, de possuir um caráter institucional, porque se extinguiriam as hierarquias deliberativas.

[8] A agroecologia é entendida atualmente de três formas distintas: como ciência, como técnica e como movimento social. Essas três concepções são legítimas e possuem uma base filosófica em comum, isto é, partem da necessidade de integração entre as dimensões econômicas, políticas, ambientais e culturais. Devido ao caráter sistêmico de sua proposta, a agroecologia constitui-se num exemplo interessante para esse texto. Se a analisarmos como um movimento, entenderemos que entre seus pressupostos estão: a defesa intransigente ao bem comum, a necessidade de autonomia política aos camponeses, a produção de alimentos saudáveis com soberania alimentar, a conservação do solo e da biodiversidade e a valorização dos saberes e das culturas locais. A formação de redes para a alternativa agroecológica seria, portanto, compatível com a ideia apresentada neste texto. À medida que estas redes “tomarem corpo”, poderão se tornar um importante processo para a emancipação popular, ao menos nas regiões onde há grande parte dos trabalhadores no campo, como é o caso, por exemplo, da América Latina, incluindo o Brasil.

[9] Gennari (2002, p.67) reproduz parte de uma entrevista com o subcomandante Marcos, do exército zapatista de libertação nacional (EZLN), em que ele afirma o seguinte: “É necessário dizer que, antes do zapatismo, as comunidades indígenas, para sobreviver, seguiam o curso natural de sua história. Ao longo dos séculos isto se manifestou numa ferrenha resistência à colonização. Toda comunidade, todo vilarejo, vivia fechado em si mesmo sem nenhuma relação com os vizinhos. Eram quase como que pequenos Estados. A chegada do zapatismo criou a primeira ruptura. Começou a ter uma comunicação entre as comunidades e isso levou a desenvolver uma resistência regional, antes unindo vários vilarejos, e, em seguida, etnias diferentes. Isto ocorreu nos dez anos que antecederam o levante de 1º de janeiro de 94”.

[10] É comum se afirmar que o neoliberalismo é basicamente uma união entre capitalismo e Estado mínimo; no entanto, para melhor caracterizá-lo é necessário enfatizar que o Estado é mínimo no que tange a questões de melhoria nas condições sociais da população, como, por exemplo, nas condições de trabalho. Em contrapartida, o Estado no neoliberalismo é claramente atuante nas questões que beneficiam o ambiente privado em geral, de modo que seria mais correto falar em aliança entre Estado e burguesia, aliança essa que acaba por sustentar o sistema capitalista.

[11] Talvez seja interessante uma comparação entre as teorias de Karl Marx e de Charles Darwin e entre a proposta do materialismo histórico – da forma como eu o concebo – e a sugerida neste texto. Com relação a uma semelhança geral entre Marx e Darwin, pode-se dizer que estes pensadores encontraram “leis fundamentais” que regem certos padrões empíricos: o primeiro, por elucidar o mecanismo de funcionamento do capital; o segundo, por desvendar um processo subjacente à modificação e origem das espécies. No entanto, em contraposição à Darwin, Marx acreditava que sua teoria era capaz de prever o desenvolvimento da história. Enquanto Darwin dava destaque à seleção natural na modificação das espécies sem prever qualquer tendência em longo prazo, Marx afirmava a importância da luta de classes na modificação das sociedades e, além disso, predizia uma tendência *inevitável* em direção a uma sociedade sem classes. Mais do que ter compreendido as contradições internas do sistema capitalista, em especial a tensão entre capital e trabalho, Marx propôs que tais contradições seriam inexoravelmente superadas pelos próprios elementos que foram gerados por elas, isto é, a classe trabalhadora. Esta é a base do chamado *socialismo científico*, que, na verdade, se expressa mais como uma profecia que oculta uma questão moral do que uma ciência propriamente. A reflexão proposta neste artigo, apesar de reconhecer a existência da luta de classes e, portanto, das contradições do sistema capitalista, trata abertamente sua superação como uma questão *moral*. Foi abordado o tema da “natureza humana” para refutar a ideia de que ela seria um limitador de nosso ideal. Significando, portanto, que existe a possibilidade de mudança. Mas isso é completamente distinto da afirmação segundo a qual essa mudança está já determinada pelas contradições econômicas da sociedade. Enquanto, para Marx, o fim é inevitável, para nós, o fim está aberto. É

expressamente o *desejo* de mudança, e não sua certeza, que nos move a propor um sistema alternativo de sociedade.

[12] “Noi vogliamo per tutti pane, libertà, amore, scienza”. Refere-se ao IL Programa Anarchico (1919). O programa está disponível livremente em rede. Para lê-lo (em italiano) acesse aqui: <http://www.federazioneanarchica.org/archivio/programma.html>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKUNIN, Mikhail. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Nu-Sol; Imaginário, 2003.
- BEY, Hakim. **TAZ: Zona Autônoma Temporária**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.
- BOOKCHIN, Murray. **Social Anarchism or Lifestyle Anarchism**. San Francisco: AK Press, 1995.
- BORON, Atilio. 2006. Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão. In: **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**, Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- BROUÉ, Pierre. **A Revolução Espanhola 1931-1939**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- BUNGE, Mario. **Ciência e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- BUNGE, Mario. **Buscar la Filosofía en las Ciencias Sociales**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.
- CHOMSKY, Noam. **Controle da Mídia: os Espetaculares Feitos da Propaganda**. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.
- CHOMSKY, Noam. **Notas sobre o Anarquismo**. São Paulo: Hedra, 2011.
- DE WAAL, Frans. **The Age of Empathy: Nature's Lessons for a Kinder Society**. New York: Three Rivers Press, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1970.
- GENNARI, Emilio. **Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- GOULD, Stephen Jay. **The Mismeasure of Man**. New York: W. W. Norton, 1981.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- ILLICH, Ivan. **La sociedad desescolarizada**. México: Joaquín Mortiz, 1985.
- JOYEUX, Maurice. **Autogestão, Gestão-operária, Gestão-direta**. [s.l.: s.n.] 2009. Entre em <http://anarcopunk.org/>, selecione biblioteca e a categoria “Livros – Maurice Joyeux” para baixá-lo.
- KATZ, Claudio. 2006. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo? In: **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**, Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- KROPOTKINE, Pedro. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- LEWONTIN, Richard. **Biology as Ideology: The Doctrine of DNA**. New York: Harper Collins, 1991.
- LE LIBERTAIRE; LE MONDE LIBERTAIRE. **Espanha Libertária: A Revolução Social Contra o Fascismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.
- LUTZENBERGER, José. **Garimpo ou Gestão: crítica ecológica ao pensamento econômico**. Porto Alegre: Mais Que Nada Administração Cultural, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. São Paulo: Contraponto, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ORWELL, George. **Homenagem à Catalunha**. Lisboa: Editora Antígona, 2007.

POPPER, Karl. A Sociedade Aberta e seus Inimigos. In: **Popper - Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUATTROCCHI, Angelo; Nairn, Tom. **O Começo do Fim**: França, Maio de 68. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RICHARDS, Vernon. **Lessons of the Spanish Revolution**. Londres: Freedom Press, 1983.

RUSSELL, Bertrand. **Caminhos para a Liberdade**: Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977.

Recebido em 29 de março de 2013

Aprovado em 6 de outubro de 2013